

A Igreja Católica e o seu discurso utópico¹

sob o prisma do semanário *O São Paulo*

*Se, por um lado,
temos os que valorizam
mais a secularização,
tentam ignorar os aspectos
religiosos ou omitem-se
quanto à importância
da religiosidade
para a humanidade,
principalmente
em nossos dias,
tendo em vista a tendência
à racionalização
e à cientificidade.
Por outro lado,
temos os que ressaltam
o seu significado
e chegam a afirmar
que a humanidade
passa por um novo
"reencantamento".*

Fábio Lanza

*Doutorando no Programa
de Estudos Pós-Graduados
em Ciências Sociais
na Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (Brasil)*

Portanto, quando falamos do problema de utopia no pensamento social, não devemos, de forma alguma, limitarmo-nos às imitações formais da utopia clássica.

Jerzy SZACHI, 1972, p. 3

Este ensaio faz parte de uma pesquisa de doutorado sobre uma conjuntura específica da Igreja Católica em São Paulo (1964-1985), a partir de um estudo sobre o semanário arquidiocesano *O São Paulo*. No presente texto, utilizo categorias analíticas centradas na sociologia da religião e na utopia. E me basearei em algumas fontes orais², com relação à utopia, tomarei por base a obra *As Utopias ou a Felicidade Imaginada*, do polonês Jerzy Szachi.

A análise a seguir está em consonância com a Sociologia das Religiões "que se preocupa principalmente com o processo social, do qual as expressões religiosas são uma parte considerável" (SANTA'ANA, 1998, p. 56). Nesse sentido, a Igreja Católica se encontra emaranhada no processo histórico brasileiro, como, aliás, em qualquer outra sociedade na qual esteja inserida. Para uma melhor compreensão da sociedade brasileira e de sua história é sempre necessário entender a participação da

¹ Texto apresentado em forma de Comunicação Oral no VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões - ABHR, realizado na PUC-Minas em Belo Horizonte no período de 04 a 07 de Maio de 2005.

² A partir das entrevistas realizadas em 11 de Julho de 2001 com o Pe. Antônio Aparecido Pereira redator chefe do *O São Paulo* e em 12 de Julho de 2001 com o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito da Arquidiocese de São Paulo.

Igreja Católica, porque ela é uma *instituição de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural* (NETO, 1996, p. 6).

Aprofundando a discussão sobre religião e Igreja Católica, pode-se observar, na obra *Concepção Dialética da História*, de Antônio Gramsci que

toda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multidão de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo (GRAMSCI, 1978, p. 144).

As diferenças na Igreja Católica são encontradas tanto nas visões teológicas quanto em sua organização, em seu clero, nas ordens religiosas, nos movimentos, nas pastorais, na sua composição social, etc.

Se, por um lado, temos os que valorizam mais a secularização, tentam ignorar os aspectos religiosos ou omitem-se quanto à importância da religiosidade para a humanidade, principalmente em nossos dias, tendo em vista a tendência à racionalização e à cientificidade. Por outro lado, temos os que ressaltam o seu significado e chegam a afirmar que a humanidade passa por um novo “reencantamento”.

As religiões têm sido uma das principais molas propulsoras da humanidade. Nas últimas décadas, os templos religiosos (evangélicos, católicos, islâmicos, espíritas, etc) se enchem e é crescente o número de seitas religiosas que surgem. Segundo Frei Betto, há um fenômeno conjuntural que envolve a religiosidade no Brasil, ao analisar a relação entre as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Movimento da Renovação Carismática Católica e as Igrejas Neopentecostais:

as CEBs torcem o nariz para os carismáticos, mas são estes que lotam templos e estádios. A pastoral social da Igreja Católica encara com desdém as Igrejas neopentecostais, mas são elas que atraem camadas mais pobres da população e promovem grandes concentrações urbanas. As pessoas querem menos análises e mais soluções, mais emoções e menos razões (FREI BETTO, 2000, p. 5)

Há também uma revalorização de elementos supersticiosos em certos grupos. Assim é possível afirmar que é crescente o fenômeno religioso associado a uma carência subjetiva, estimulada pelos meios de comunicação de massa, na população em geral.

Para a maior compreensão da análise e do recorte adotado será necessária uma apresentação do *O São Paulo*, que se vincula ao contexto histórico da década de 1950.

O São Paulo: *uma perspectiva histórica*

Em meados do século XX, no advento do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica da Arquidiocese de São Paulo era dirigida pelo Cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota. Na época, já se percebia a necessidade de atuar junto aos meios de comunicação social de uma forma mais efetiva, por isso ela passou a buscar

... uma maior presença junto à população [...] Foi então que a sensibilidade de alguns religiosos e o apoio do Cardeal [...] tornaram possível a instituição de uma fundação que proporcionasse à missão pastoral da Igreja Paulista o inesgotável concurso dos meios de comunicação social (PEREIRA, 1982, p. 145).

Essa “maior presença” junto à sociedade, segundo MONTERO (1992, p.145), indica a

atuação continuada e em permanente mutação da Igreja no campo das idéias [que] apoiou-se de maneira mais ou menos sistemática, e com graus variáveis de eficiência, na divulgação impressa em livros, jornais ou revistas – de seus posicionamentos e interpretações.

Dessa forma, o Cardeal Mota instituiu a Fundação Metropolitana Paulista que tinha como proposta

propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisiva, dentro do espírito democrático e cristão da nacionalidade brasileira, mantendo para tanto, excluindo qualquer intuito lucrativo, jornais, rádios emissoras, serviço de televisão, agência noticiosa e similares (ESTATUTOS da Fundação Metropolitana Paulista, art. 2.º, *apud* PEREIRA, 1982, p. 145).

Assim, em 1954, a Fundação mantinha a *Rádio Nove de Julho* e, em 25 de Janeiro de 1956, era editado o primeiro exemplar do semanário católico “destinado a ser o órgão oficial da Arquidiocese” (*idem*), com o título *O São Paulo*, que passava a intensificar o papel formador da Igreja junto às lideranças da época.

O São Paulo é um meio de comunicação católico, que discute em suas edições a realidade vivida pela Igreja Católica e sua relação com o contexto político e social brasileiro. O padre Antônio Aparecido Pereira, que está na equipe de edição desde 1982, afirma que

... dentro daquele espírito que animou os idealizadores da Fundação Metropolitana Paulista, que devemos entender a criação do semanário «*O São Paulo: um instrumento de comunicação dedicado a refletir os acontecimentos à luz da doutrina da Igreja e das linhas de pastoral da CNBB e, particularmente da Igreja que está em São Paulo*» (PEREIRA, 1982, p. 146 – *grifo nosso*).

É possível identificar a relevância do *O São Paulo*, tendo em vista que a edição e a abrangência do semanário não se restringiu à região metropolitana, mas atingiu uma esfera nacional, estando em consonância com a expansão das editoras e publicações católicas (MONTERO, 1992, p. 151-153). O que destaca a sua importância, como pode ser confirmado na fala de Dom Paulo Evaristo Arns (2001) a esse respeito:

... quando cheguei aqui em São Paulo de fato era um jornal assinado mais por compaixão do que por paixão, por isso acho que foi um período bastante difícil. Então entreguei em um período para uma equipe de jornalistas leigos e orientados por mim [...] de sete mil assinantes nós imediatamente subimos para 30, 40, 50 mil [...], esse período durou muito pouco. Depois houve sem-

pre novos períodos até o momento da intervenção do governo totalitário que impôs a todos os meios de comunicação o silêncio sobre os fatos mais interessantes para o povo.

A mídia religiosa é um instrumento por excelência de comunicação entre os adeptos e os representantes da instituição, em que determinados temas podem ser abordados com mais abrangência, opiniões e idéias são expostas com clareza, as informações podem ser direcionadas no sentido de transmitir ao fiel, receptor, exatamente o que se quer³ - viabilizando muitas vezes um canal de dominação religiosa, política e cultural.

Na fala a seguir do Pe. Antônio Aparecido Pereira, é possível perceber como os posicionamentos do *O São Paulo* se modificaram ao longo de sua trajetória editorial, frente à conjuntura política nacional.

A história do seminário *O São Paulo* é muito poderosa porque ele veio substituir o antigo jornal que existia a dezenas de anos e se chamava o Legionário. E Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota em 1956 exatamente no dia 25 de Janeiro resolveu criar um novo jornal – *O São Paulo* – que no entender dele deveria estar voltado para o apostolado da boa imprensa. Veja! *A linguagem antiga era essa, a defesa dos bons costumes, a defesa da Sã doutrina da Igreja, em fim um jornal que fosse voltado para o apostolado, também apostolado Cristão [...]*

Vale a pena folhear os jornais da época em que nós vamos ver que ele trabalhava muito nessa linha mesmo de conotação moral, de defesa dos bons costumes, defesa da moral cristã. Lendo os acontecimentos também sob a ótica Cristã da época e tudo mais depois veio Dom Agnelo Rossi [...] tinha quase a mesma preocupação, mas o jornal foi adquirir prestígio, uma força muito grande nos tempos de Dom Paulo Evaristo que são os tempos que eu mais conheço. *É sabido que quando veio a revolução de 1964 a Igreja apoiou a mesma como uma vitória sobre o antigo comunismo. O Brasil estava livre do comunismo. E de repente os militares começaram a desrespeitar os direitos humanos, torturar, tudo mais então a Igreja que era uma voz de consenso em relação à revolução, começou a ser uma voz de dissenso, a denunciar. Não estava junto àquelas coisas, à prisão, à tortura, o desaparecimento de pessoas, começou a ser um dissenso à não concordar como regime. (PEREIRA, 2001 – grifo nosso)*

Nesse sentido a análise de Camargo contribui para compreender as mudanças indicadas por Pereira na citação acima, quando, referindo-se à Igreja Católica, indica que a “persistência histórica da instituição supôs transformações essenciais para a sua sobrevivência” (CAMARGO, 1982, p. 51).

U*topia e o discurso da Igreja Católica em São Paulo*

Tendo em vista a nova perspectiva editorial implementada pelo Cardeal Arns junto a Equipe Editorial do semanário *O São Paulo*, citada por Pereira, é possível perceber que as edições do *O São Paulo* foram também um canal de divulgação da Utopia

³ Conforme CARVALHO, 1998.

que perpassava o discurso oficial da Igreja Católica Paulistana, na época da Ditadura Militar. Para melhor analisar essa Utopia, é necessário definir o referencial teórico para tal, que se vincula à análise das matrizes ideológicas⁴ que subsidiaram esse discurso:

a classificação das idéias utópicas, ou, mais precisamente das idéias que desempenham um papel de utopia através da história, oferece grandes dificuldades. A quantidade delas é quase ilimitada, de forma que não dá para mencionar sequer as mais importantes ... (SZACHI, 1972, p. 19-20)

Assim é relevante indicar que as Utopias possuem um significado e um anseio vinculado ao seu momento histórico, assim como os diferentes posicionamentos adotados pela Igreja Católica frente a formação sócio-histórica do Brasil. A postura da Arquidiocese de São Paulo frente à Ditadura Militar (1964-1985) pode ser compreendida como utópica, tendo em vista que as utopias são

sobretudo tentativas intelectuais de controle sobre situações de crise, tentativas de superação de divisões penosas experimentadas por indivíduos quando a situação social lhes parece absurda, tentativas de reconstrução da comunidade humana que no momento somente é possível no sonho [...] As utopias podem ser consideradas, por um lado, como sintomas da crise de uma dada organização social, e por outro, como sinal de que no seu interior existem forças capazes de saltar além, dela, embora ainda não estejam conscientes do como fazê-lo. (SZACHI, 1972, p. 129)

Nesse sentido, as entrevistas com Dom Paulo Evaristo Arns e o Pe. Antônio Aparecido Pereira a respeito do *O São Paulo* indicam de certa forma esse anseio utópico no caminho da realização dos “sonhos” possíveis, “o jornal *O São Paulo* é um jornal pequenino, mas um jornal de grande bravura e de uma história de imensas dimensões para o período em que o Brasil foi silenciado” (ARNS, 2001).

O posicionamento público do Cardeal Arns frente à realidade social existente implicava uma proposta “utópica” para a situação, tanto que afirmou “nós nunca nos interessamos em agradar o governo, nós sempre estivemos ao lado do povo” (2001).

A postura assumida de “sujeito coletivo” implica compreender uma tomada de posicionamento da Igreja Católica frente aos governos ditatoriais instalados no poder desde 1964. “Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui”. (SADER, 1995, p. 58)

Essa perspectiva implica compreender que o momento histórico vivido não é o desejado e remete a uma proposta utópica,

⁴Eder Sader em sua obra *Quando os novos personagens entram em cena*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995 indica: “Quando nos referimos a um discurso estamos pensando no uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público (ou no limite, a uma segunda pessoa). Os diversos discursos que lemos ou escutamos numa sociedade num dado período – falas do Lula, sermões de Dom Paulo, discursos presidenciais – podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõem, nessa sociedade e nesse tempo, um modo – e suas variações – de nomear seus problemas, objetivos, valores. Embora se expressem, através dos discursos, os antagonismos e mecanismos de poder que constituem as lutas sociais, não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros” (p. 59).

de fato, mesmo quando se lançam num futuro longínquo ou quando buscam o ideal num passado desaparecido, as utopias levam consigo a marca do tempo e do lugar de nascimento. Não há nada de estranho nisto. *Elas são respostas não somente a perguntas eternas sobre a condição humana [...] São respostas que engajam os homens contemporâneos, pois a revolta não nos livra da coletividade mas somente define nosso lugar nela.* (SZACHI, 1972, p. 20 – grifo nosso)

A partir desses aspectos é possível explicitar a Igreja Católica como um sujeito coletivo e com um discurso utópico, frente às correlações de força do final da década de 1960, e os posicionamentos adotados na década de 1970 pela Igreja Católica em São Paulo. Nesse caso, “o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito” (SADER, 1995, p. 57), assim a linguagem se “constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas” (idem).

Para Sader, conforme citado anteriormente, os diversos tipos de discursos que escutamos na nossa sociedade podem estar vinculados a matrizes discursivas que expressam os valores, a nomeação dos problemas, “os antagonismos e mecanismos de poder que constituem as lutas sociais, [mas] não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros” (1995, p. 59).

Essa possibilidade analítica, indicada por Sader (1995), pode ser evidenciada na fala de Dom Paulo E. Arns, quando foi inquirido sobre as acusações de ser comunista pelos grupos de direita, vinculados aos Militares:

Mesmo sendo acusado de ser comunista eu achei que nunca deveria mudar. Porque o Papa Paulo VI, em 1975 na Praça de São Pedro, diante de mais de 150 mil pessoas em Roma me chamou lá em cima para junto dele no alto do lugar onde ele falava à multidão e me apresentou ao povo dizendo: - “esse é um homem que defende os pobres, os perseguidos, e sobretudo aqueles que são maltratados e torturados pelo governo no Brasil e, eu gostaria de apresentá-lo a vocês.” [...] Então nós achamos que estamos sempre ao lado do evangelho e da Igreja, não importa ouvir críticas ou difamações. (ARNS, 2001)

Nesta fala do Cardeal Arns, há uma referência à situação de embate político com a elite militar governamental, de oposição às violações aos Direitos Humanos e de alinhamentos aos grupos populares organizados e da periferia, mas que ao mesmo tempo está associado, segundo Sader (1995), a um sentido discursivo em que é visto

o efeito imediato do golpe militar de 1964 sobre a Igreja [que] foi o de amortecer as iniciativas mais populares. De um lado, a repressão se abateu sobre os núcleos militares da Ação Católica e mesmo do MEB [Movimento de Educação de Base] e sindicatos rurais. De outro, no interior mesmo da hierarquia católica, os setores conservadores desbancaram os renovadores e abandonaram à própria sorte os grupos então perseguidos. E, no entanto, enquanto a ala conservadora não encontrava (ou não produzia) um espaço social por onde recuperar a influência perdida da Igreja, novas levas de militantes católicos preferiam lançar-se a atividades nas quais se opunham à ordem vigente, correndo os mesmos riscos que a militância de esquerda. Retomavam a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa. (SADER, 1995, p. 150-151).

A Igreja Católica de São Paulo reelaborava sua matriz ideológica, que subsidiava seu discurso a partir do final da década de 1960, tendo em vista: os aspectos expostos acima por Sader; a perspectiva progressista que se instalou com a chegada de Dom Paulo Evaristo Arns, enquanto bispo em 1966; o rearranjo da estrutura eclesial frente à conjuntura política, que se definia com a tomada da “linha dura” em 1967, com a posse do General Artur da Costa e Silva (1967-1969) como presidente da república; as perseguições e torturas instaladas nos “calabouços” da Ditadura, que inclusive perseguiu diversos componentes do clero; as repercussões dos documentos assinados desde o Concílio Vaticano II (1962-1965); assim como as Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979). Essa mudança de matriz discursiva foi evidentemente estimulada

pelas conclusões do Concílio Vaticano II, que, ao falar da Igreja como “povo de Deus”, referia-se à participação ativa dos grupos comunitários, através da qual os leigos deixaram de ser meros “fregueses” ou presentes passivos⁵. A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade. Os grupos cristãos que assim agiram encontraram-se com profundas e difusas aspirações presentes na sociedade, às quais faltavam formas para ganhar corpo. Eles voltavam a apontar um caminho pelo qual a Igreja poderia recuperar a influência perdida. (SADER, 1995, p. 151)

Nesse sentido, fica explícito o recurso utópico utilizado pelo Clero Progressista em São Paulo, que implicou discutir e discordar do *status quo* e, ao mesmo tempo, assumir um tom profético, tanto que “por esta razão, alguns autores se convenceram de que o traço essencial da utopia é o de ser uma antecipação” (SZACHI, 1972, p. 6).

Nessa ótica, o autor literário polonês Alexander Swietochowski discute o conceito Utopia, afirmando que não

é possível imaginar qualquer época, nação ou mesmo indivíduo que não tenha sonhado com um céu na terra, que não tenha sido mais ou menos utópico. Onde quer que existam – e elas existem em toda parte – miséria, injustiça e dor, haverá também especulações sobre como erradicar as causas do mal. Na imensa escala que se estende por toda a história da cultura, desde as fantasias do nômade selvagem até as reflexões, do filósofo moderno, encontra-se uma infinidade de versões da utopia. (apud SZACHI, 1972, p. 8)

A utopia proposta pelo semanário *O São Paulo* rompia com o consenso desejado pelos militares e “se esse consenso não existe [...] tem que [se] construir ou fabricá-lo, nem que fora a força. Que fizeram os militares? Começaram a tentativa de silenciar a Igreja e é nesse período [...] que a Igreja começou a sofrer e ser censurada” (PEREIRA, 2001), tanto com a censura prévia instalada no *O São Paulo*, como com o fechamento da Rádio 9 de Julho em 1973.

Pode-se observar que os defensores da ordem estabelecida tendem a qualificar as idéias “subversivas” de impraticáveis e irrealistas, o que aliás não os

⁵ Cf. L. Boff, *E a Igreja se fez povo*. Petrópolis RJ: Vozes, 1986, p. 41.

impede de combatê-las com um ardor que só se justifica pelo medo de que elas possam ser realizadas a qualquer momento. (SZACHI, 1972, p. 4)

A Declaração dos bispos brasileiros, reunidos na XII Conferência da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) em 1973, ratificou os posicionamentos e discursos da Igreja Católica de São Paulo e deixou clara a insatisfação e a sua oposição ao caráter explosivo que a repressão militar instaurava. “A Igreja não subestima a necessidade de tranqüilidade e ordem pública, (...) mas se os meios são desumanos constituem um preço que nenhum governo pode pagar sem aceitar sua autodestruição” (KRISCHKE, 1979, p.72).

Essa posição de crítica à Ditadura que a Igreja assumiu já havia sido confirmada em 4 de dezembro de 1968, quando a CNBB publicou uma nota em protesto às prisões arbitrárias de religiosos ocorridas em Belo Horizonte e em Recife (MORAIS, 1982, p. 60). Esse documento foi o primeiro dos vários que a hierarquia católica publicou contra a opressão e a violência, recursos militares utilizados pela ditadura, evidenciando assim, seu compromisso crítico.

Há claramente uma “*dissonância entre a utopia e a realidade*. O utopista [no caso a Igreja católica] não aceita o mundo que encontra, não satisfaz com as possibilidades atualmente existentes” (SZACHI, 1972, p. 13 – grifo nosso). Observa-se que os documentos citados enfatizaram um aspecto “profético e utópico”:

... a Igreja hierárquica sente a dor humana e denuncia, quando ela é engendrada pela iniquidade. Mas a denúncia social como a dor física são sintomas e alarmes de vida. Só o cadáver não reclama da erosão que o corrompe – *sic* (CNBB, In: MORAIS, J. F. R. 1982, p. 50).

Na realidade, quando parte significativa do clero começou a explicitar as atrocidades, ocorridas nos calabouços da Ditadura Militar, destacou aspectos que permitiram uma indignação geral contra as atitudes e os métodos utilizados pelos militares contra quaisquer opositores. Nesse contexto, segundo Pe. Antônio Aparecido Pereira (2001):

a vocação cidadã do jornal *O São Paulo* é que faz com que [ele] deve ser mantido; em que sentido: primeiro fazendo uma comunicação do povo, do ponto de vista dos movimentos populares, do ponto de vista daqueles que lutam por terra, por moradia, por trabalho. Tanto é verdade que a linha editorial do *O São Paulo* é marcada pelos planos pastorais que a Igreja tem. *Se o plano pastoral afirma que a Igreja vai escutar os clamores do povo por moradia, por trabalho e por saúde então isso vai estar presente na linha editorial do jornal.* (grifo nosso)

O discurso de Pereira indica explicitamente a Utopia do *O São Paulo*, como algo vinculado à consolidação da Cidadania em um país em que há a ausência do controle popular sobre a esfera pública e, ainda, há uma expressiva parte da população vivendo em condições de pobreza e miserabilidade - desumanas.

Este ensaio teve como pretensão analisar a utopia evidenciada a partir do semanário *O São Paulo*, que difundia o discurso da Igreja Católica de São Paulo no período da Ditadura Militar (1964-1985). Mas é relevante ressaltar, de forma conclusiva, que não há estudos precisos sobre a contribuição das utopias no pensamento social da Humanidade e, ademais, não há nenhuma Utopia que seja plena e que dê conta de todas

as demandas e anseios humanos, tendo em vista que cada utopia está vinculada ao seu contexto histórico e cultural. Mas com certeza é possível acatar a perspectiva de Eduardo Galeano que afirma:

“O que é a Utopia? Ela está no horizonte. Caminho dois passos, ela se afasta dois passos.... me aproximo dez passos, ela se afasta dez passos. Para que, então, serve a Utopia? Para caminhar” (apud BARROS, 2005, p. 8).

Entre os dilemas teológicos, organizacionais e políticos que definem o perfil da Igreja Católica no Brasil, tendo em vista a relação entre o clero conservador e progressista, é possível afirmar que a atuação da mesma foi imprescindível junto aos movimentos sociais, sindicatos e organizações populares na década de 1970 e 1980. Nesse sentido as ações implementadas por parte do Clero, apoiadas pela CNBB, colaboraram para que acontecesse o processo de abertura política, de certa forma antecipando a democracia no país, assim, a Igreja Católica, não satisfeita com a realidade durante a Ditadura Militar, sonhou, projetou e experimentou. Foi “justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado” (SZACHI, 1972, p. 13), no caso, entre o regime militar e a democracia.

Os dados que estão sendo colhidos no semanário *O São Paulo*, na pesquisa em curso, têm trazido elementos que convergem com a hipótese estabelecida da presença de uma perspectiva utópica, na orientação da Igreja Católica de São Paulo naquela conjuntura.

Bibliografia

- ARNS, Paulo Evaristo. *Entrevista realizada na Igreja do Largo do São Francisco*. São Paulo: 12/07/2001.
- BARROS, Marcelo. «Utopias da fé e realidades da política», in *O São Paulo*. 12 de janeiro de 2005, p. 8.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; CARDOSO, Ruth; PIERUCCI, Antonio Flávio de O; Comunidades eclesiais. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, v. 1, n. 2, p. 49-58, Abr/1982.
- CARVALHO, J. J. Religião, mídia e os predicamentos de uma existência pluralista. In MOREIRA, A. (org.) *Sociedade Global, cultura e religião*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- FREI BETTO. «Os desafios do neoliberalismo ao movimento popular», in *Correio da Cidadania*. Seção Política, Semana de 25/3 a 01/04 de 2000, p. 5.
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MONTERO, Paula. *Modernidade e Cultura. Para uma Antropologia das Sociedades Complexas*. (Tese de Livre Docência) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1992.
- MORAIS, J. F. R. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1982.
- MOREIRA, A. (org.) *Sociedade Global, cultura e religião*. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.
- PEREIRA, Antônio Aparecido. *Entrevista realizada na Cúria Arquidiocesana de São Paulo*. São Paulo: 11/07/2001.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTA ANA, Júlio. Estudos da Religião: Conflito das interpretações. In SOUZA, Beatriz Muniz de, GOUVEIA, Eliane Hojaj, JARDILINO, José Rubens Lima. *Sociologia da Religião. Revisitando Metodologias, Classificações e Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: PUC/SP e UMESP, 1998.
- SZACHI, Jerzy *As utopias ou a Felicidade imaginada*. Rio de Janeiro RJ: Paz e Terra, 1972.